

DEBATE/Delfim Netto, Fernando Henrique Cardoso

Há sintonia da Constituinte com o País?

Sonho ou realidade? Avanço ou retrocesso? O que representará a futura Carta que os 559 Constituintes vêm desenhando há mais de um ano? O GLOBO fez essas perguntas a dois dos principais nomes da Constituinte: o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o Deputado Antonio Delfim Netto (PDS-SP). Para o ex-Ministro, a Constituinte especializou-se

em fabricar sonhos que, mais tarde podem se transformar em pesadelos. O Senador Fernando Henrique discorda e acha que ela está servindo como instrumento de resgate da dívida social brasileira.

Sempre ironizando os parlamentares tidos como "progressistas", Delfim centralizou suas críticas em dois dos dispositivos

já aprovados no capítulo dos Direitos Sociais — a licença-paternidade e a licença-gestante. E cada instante de sua análise repetia a mesma indagação:

— Alguém já perguntou à população se ela está interessada em pagar pelos benefícios que recebeu até agora?

Fernando Henrique, apesar de reconhe-

cer que os avanços terão que ser pagos por alguém, prefere enfatizar as expressivas votações que, segundo ele, comprovam a ausência de radicalização e o respaldo da maioria para os avanços alcançados.

— Recuar seria tomar a mesma posição dos que criticaram o fim da escravidão — afirmou o Senador.

‘Plenário aprova sonhos que podem virar pesadelo’

PAMELA NUNES

BRASILIA — A Constituinte especializou-se em aprovar sonhos que se transformarão numa dura realidade quando a sociedade entender que o Estado não existe, como afirmam os "progressistas", e que será ela a arcar com as despesas das benesses, todas muito justas, que o plenário vem ofertando à Nação brasileira. O autor do presságio, o Deputado Delfim Netto (PDS-SP), garante que ninguém pode ser contra as medidas sociais que a Constituinte vem aprovando até agora. Mas pergunta:

— Alguém já indagou à população se está interessada em pagar mais impostos?

Irônico, Delfim Netto afirma que os "progressistas" — termo que, insiste, deve ser sempre aspeado — se dizem representantes do povo e, contraditoriamente dão "bananas" para ele, aprovando medidas que vão deixar em situação muito difícil a sociedade brasileira, principalmente as classes menos favorecidas. Delfim centraliza as suas críticas em dois dos dispositivos já aprovados no capítulo dos Direitos Sociais — a licença-paternidade e a licença-gestante — e diz sobre a diferença entre os "progressistas" e o "canalha de direita" é que este último está preocupado com a questão-chave: "quem vai pagar por tudo isso que está sendo aprovado?"

— O auxílio-paternidade, por exemplo, é uma medida respeitável. Acredito que a presença do pai ao lado da mulher produz conforto e une a família. Atualmente, todos têm direito a um dia de folga para registrar a criança. Agora vai a Constituinte e diz que esta folga poderá ser de até oito dias — diz.

Delfim faz os cálculos admitindo que a folga será de sete dias. Segundo os números do ex-Ministro do Planejamento, devem acontecer no Brasil cerca de 3,5 milhões de nascimentos por ano, e a licença significará 24,5 milhões de dias de folga.

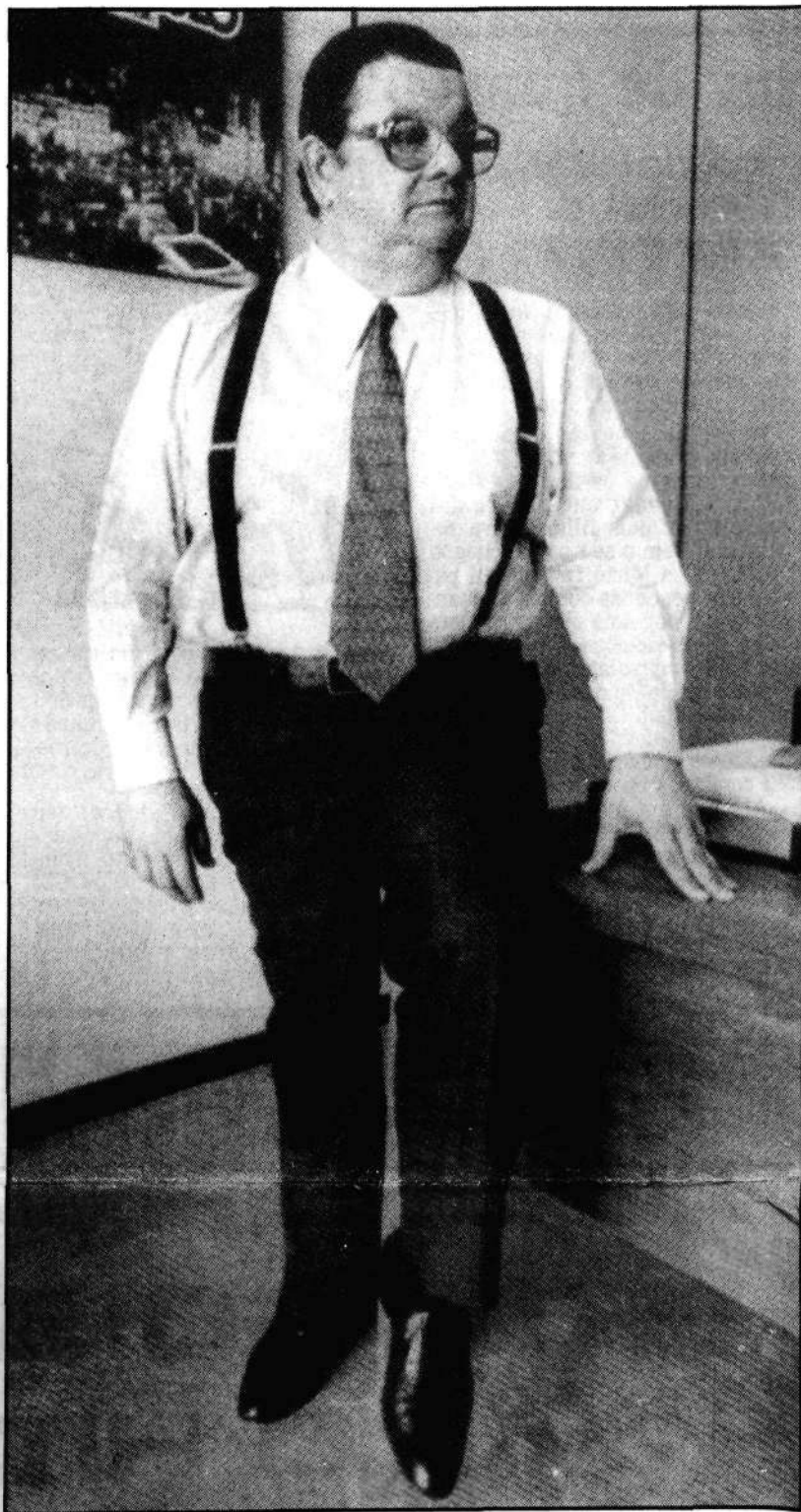
— Ora, se cada cidadão trabalha, em média, 250 dias por ano, a licença-paternidade dever ser retirado do mercado de trabalho cerca de cem mil pessoas. Mas toda esta gente continuará se vestindo e se alimentando. Como é que isso vai ser financiado? — indaga o Deputado.

Dando curso ao seu raciocínio, Delfim estabelece duas hipóteses: ou a produtividade destes cem mil é igual a zero, o que é pouco provável pois pelo menos filhos eles já produziram; ou são produtivos e o mais provável é que alguém venha a produzir por eles.

— Este dispositivo é uma reintrodução na Constituição do "cuvard" — expressão francesa relativa ao ato de chocar — típico de sociedades primitivas. Só que no mundo indígena o pai vai para a rede e faz jejum. O que significa que ninguém vai precisar trabalhar por ele e mostra que a sociedade primitiva é autofinanciável. Mas a sociedade industrial não é — afirma, acrescentando que, para financiar o "cuvard", o mais provável é que as empresas coloquem isso nos seus preços, elevando os níveis dos preços de seus produtos.

Para explicar a licença-gestante de 120 dias, Delfim utiliza, com bom humor, o exemplo de uma professora primária:

— A jovem professorinha mal começa sua vida no magistério e já se casa. Naturalmente, vai ter filhos, está em idade fecunda. Mas ela casou nas férias de dezembro, para não perder aula e, se tudo correr bem, vai dar a luz em setembro. Ou seja, trabalha quatro meses e meio. Não trabalha em julho pois está de férias, em agosto entre de licença e só retorna em novembro. Só que em dezembro já está em férias de novo. Isso significa que para manter uma classe de aula será



■ *‘A diferença entre os ‘progressistas’ e os ‘canalhas da direita’ é que estes estão preocupados com a questão-chave: quem vai pagar por tudo o que está sendo aprovado?’*

■ *‘Suspeito, pela profunda ignorância que tenho da Economia e da realidade nacional, que o brasileiro não resiste ao desejo de pagar cada vez mais impostos’*

preciso duas professoras.

Delfim Netto ilustra a sua tese descrevendo as consequências que a licença-gestante poderá provocar.

— Os Governadores e Prefeitos vão, naturalmente, aumentar os impostos para compensar a queda na produtividade das professoras fertilizadas. Ou, se não forem canalhas de direita, vão optar por produzir déficit público. Ele procura um parlamentar de suas relações, pede que vá à Seplan pedir dinheiro a fundo perdido correndo o risco de ser mal-interpretado. Se o Prefeito é radical de direita e opta por aumentar imposto no lugar de produzir déficit, não se releege. Para o seu lugar vai o "progressista" que busca a Seplan. Tudo bem, mas onde a Seplan vai buscar dinheiro? A hipótese mais provável é que recorra à guitarra do Tesouro, emitindo um pouquinho de moeda falsa, que vai provocar um pouquinho de inflação e um corte no salário real de todos para assim financiar o ensino gratuito.

Estes dois exemplos, segundo o Deputado, demonstram que os Constituintes estão tentando realizar uma redistribuição de renda. No primeiro caso, a favor dos pais que estão no choco e, no segundo caso, a favor das professoras férteis. Mas isso tem que ser feito, insiste, de forma clara e objetiva.

— Se a sociedade for chamada

a opinar, devidamente esclarecida das consequências das medidas que estão sendo aprovadas, então está bem. Uma parte tem que pagar para o outro receber privilégios. Isso é físico, não é monetário. Não se pode iludir a sociedade com argumentos ideológicos — garante.

Segundo o parlamentar, promulgada a Constituição os direitos do cidadão irão aumentar e todos deverão se dispor a pagar as transferências provocadas pelas medidas que são justas, segundo afirma. Delfim só não concorda com os que afirmam que o plenário não está votando com responsabilidade.

— Estão votando com responsabilidade sim, pois são os representantes do povo. Ouço, principalmente o PT, PDT e os PCs dizerem que representam o povo e eu já começo a desconfiar que os meus eleitores não são povo. A diferença reside, basicamente, neste fato. Eles acreditam que o Estado tem recursos que chegam de alguma sociedade superabundante que altruisticamente estão esperando uma oportunidade de entregar os seus bens para o Brasil.

E concluiu Delfim: — É realmente intrigante verificar a coragem que a ignorância produz. Suspeito pela profunda ignorância que tenho da Economia e da realidade brasileira que o brasileiro não resiste mais ao desejo de pagar cada vez mais impostos.

VERA MANZOLILLO

BRASILIA — Liberal-progressista na ordem jurídica e um instrumento para o resgate da dívida social brasileira. Essa é a feição da nova Constituição até agora, na opinião do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), enfatizando que as expressivas votações comprovam a ausência de radicalização e o respaldo da maioria para os avanços alcançados.

Satisfeito, Fernando Henrique assina embaixo do texto votado: — As coisas fundamentais passaram. As votações estão melhorando o texto original, na base da negociação, e com o apoio do Centrão. O resultado final, na maioria das vezes, é igual ou melhor do que o projeto da Comissão de Sistematização.

Ele só tem uma queixa: — A manutenção da unicidade de representação sindical em cada base é uma posição retrógrada.

O Senador reconhece que os avanços no Título da Ordem Social terão que ser pagos por alguém, isto é, vão onerar a sociedade. Mas acha que a Constituinte cumpriu seu papel ao estabelecer princípios que permitirão resgatar a dívida social de que falava o Presidente Tancredo Neves.

— Recuar seria tomar a mesma posição dos que consideraram a adoção da CLT uma tragédia, ou previram a derrocada da economia brasileira se fosse decretado o fim da escravidão. O Governo e o Congresso terão agora missão importante a cumprir, evitando que o empresário siga a lei do menor esforço e simplesmente repasse aos preços os custos de avanços sociais, como o pagamento de mais um terço do salário para o trabalhador em férias — afirma.

Não menos importante, para o Senador Fernando Henrique, é o papel que se espera dos empresários num País em que o custo da mão-de-obra é mais barato do que em todos as nações industrializadas.

— Ou a sociedade industrial admite ampliar a negociação, ou tudo fica emperrado. A sociedade industrial moderna requer a negociação — diz Fernando Henrique.

Ou seja, segundo ele, os empresários não deveriam pensar em jogar o custo adicional para os preços, mas aceitar a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores, e promover o aumento de produtividade através da incorporação de tecnologia — com o apoio e incentivo do Governo, que, paralelamente, seguiria uma política de redistribuição de renda.

Se isso não ocorrer, na opinião do Senador, os avanços estabelecidos na Ordem Social terminarão como "uma vitória de Pirro", frustrando assim a oportunidade proporcionada pela Constituinte, de modernizar o Brasil e diminuir as desigualdades.

Fernando Henrique não tem ilusões, porém, de que algumas medidas tomadas no campo dos direitos trabalhistas ainda não foram absorvidas no meio empresarial. Ele acredita que o turno de seis horas ininterruptas, por exemplo, vai ser contestado no segundo turno, mas não espera reação tão forte no que se refere à licença de 120 dias para a gestante, porque, nesse caso, quem pagará o custo extra será a Previdência Social.

— A Constituição já começou a melhorar o cotidiano das pessoas, aumentando o espaço do indivíduo e diminuindo o poder do Estado — garante Fernando Henrique.

Ele lembra ainda que, a partir de agora, com o "habeas data", o cidadão poderá exigir a correção imediata de informações erradas, seja em repartições do Go-

‘Nova Carta conduzirá o País ao futuro, sem traumas’



■ *‘Recuar seria tomar a mesma posição dos que consideravam a CLT uma tragédia, ou previram a derrocada da economia brasileira se fosse decretado o fim da escravidão’*

■ *‘A Constituição já começou a melhorar o cotidiano das pessoas, aumentando o espaço do indivíduo e reduzindo o poder do Estado. O cidadão terá mais consciência de seus direitos’*

verno ou nos Serviços de Proteção ao Crédito. Com o mandato de injunção, poderá exigir cumprimento de disposições constitucionais descuradas pelos poderes públicos. Uma decisão favorável a um mutuário em disputa com a Caixa Econômica Federal (que assumiu os contratos do extinto Banco Nacional da Habitação), será automaticamente estendida a todos na mesma situação.

— O cidadão vai ter mais consciência de seus direitos, e terá mecanismos rápidos para reivindicá-los — acredita o Senador.

O fim da censura, a garantia de ampla liberdade de pensamento, a preocupação com a preservação ecológica e a proibição da discriminação de sexo, idade ou cor, são outros pontos ressaltados por Fernando Henrique como elementos nos quais a Constituinte procurou responder aos desafios contemporâneos.

Nenhuma das medidas adotadas até agora, mesmo as mais polêmicas, poderão trazer resultados negativos para o País, ou determinar situações conflituosas ou insuperáveis, acredita o Senador.

— Algumas reivindicações tinham que ser aceitas pela Constituinte e sentimos que a repercussão delas junto à população foi muito favorável.

Fernando Henrique reconhece que muitas dessas reivindicações não deveriam constar de

uma Constituição, e sim de lei ordinária. Mas justifica:

— Num País com a nossa desigualdade social e cheio de descrença, acaba-se pensando que, colocando algo na Constituição, terá mais chances de ser respeitado e cumprido.

Mas, se o texto não ficou ideal do ponto de vista técnico, se não foi possível fazer uma síntese como se gostaria, tem um mérito que merece ser ressaltado, na opinião do Senador:

— É o resultado de uma negociação, representa um pacto político, é um momento de afirmação das forças políticas do País, que com isso conseguiram a legitimação popular para a Constituinte. A nova Constituição não é apenas um texto politicamente possível, mas também o desejável para conduzir o País ao seu futuro, sem traumas — acredita.

Apesar de todos os pontos positivos já definidos, alguns terão que ser revistos no segundo turno, diz Fernando Henrique. É preciso, na sua opinião, deixar claro no texto da nova Constituição que a proibição de qualquer prisão sem ordem judicial não se aplica, por exemplo, à rotina das Forças Armadas.

— Mas o cidadão deverá ficar ao abrigo de arbitrariedades e excessos de qualquer autoridade, policial ou administrativa — concluiu.